

RELATÓRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO E APOIO TÉCNICO EM REUNIÕES DO PROJETO "TERRITÓRIOS VIVOS", NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NOS DIAS 17 DE MARÇO DE 2022 (REUNIÃO VIRTUAL) E 24 E 25 DE MARÇO DE 2022 (REUNIÕES PRESENCIAIS), COMO MEMBRO DO COMITÊ TÉCNICO REPRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA).

Stephen Grant Baines, Professor Titular, Departamento de Antropologia (PPGAS, DAN), Universidade de Brasília (UnB); pesquisador 1A do CNPq; Coordenador do LAGERI/DAN/UnB; membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA, e membro da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA,

OBJETIVOS DO PROJETO “TERRITÓRIOS VIVOS”

O Projeto "Territórios Vivos" é uma iniciativa fruto da cooperação Internacional Brasil-Alemanha e está sendo implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ (Agência de cooperação alemã para o desenvolvimento), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O projeto tem como objetivo apoiar o desenvolvimento, a disseminação e a consolidação da Plataforma de Territórios Tradicionais, bem como fortalecer as lideranças tradicionais para defesa de seus direitos e alcance das metas da Agenda 2030. A Associação Brasileira de Antropologia – ABA faz parte das instituições que integram o Comitê Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais, conforme Portaria PGR/MPF nº 167 de 8 de março de 2019, contemplando, entre outras, as atribuições de realizar análise técnica inicial das fontes que serão submetidas ao Conselho Gestor, bem como, elaborar pareceres técnicos para auxiliar as deliberações do Conselho Gestor.

Conforme seu próprio site, a Plataforma de Territórios Tradicionais resulta de projeto finalístico do Ministério Público Federal, desenvolvida em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e apoiada por diversas entidades governamentais e não-governamentais, com o objetivo de disponibilizar amplo acervo de dados georreferenciados acerca das áreas ocupadas tradicionalmente por esses povos e comunidades.

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os Territórios

Tradicional são “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”, os quais é dever do Estado proteger por obrigação decorrente da Constituição Federal e de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a exemplo da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho.

Um objetivo da disponibilização de informações georreferenciadas sobre Territórios Tradicionais é de contribuir para a prevenção ou mitigação de violações a direitos humanos, reduzindo o nível de litigiosidade resultante da atuação de agentes públicos e privados na condução, por exemplo, das políticas de ordenação fundiária e na implantação de infraestruturas de expansão das atividades econômicas.

Coordenada pelo Ministério Público Federal, a Plataforma tem um Conselho Gestor, criado pela Portaria PGR/MPF nº 167/2019, composto por 26 membros (7 com direito a voto, dos quais 6 indicados pelo CNPCT), com atribuição, entre outras, de analisar e validar as fontes de informações, bem como definir a necessidade e os procedimentos para consulta às comunidades.

A Plataforma de Territórios Tradicionais conta ainda com um Comitê Técnico composto por representantes de instituições acadêmicas e da sociedade civil, responsável por subsidiar o Conselho Gestor sobre as fontes de informações e outros temas.

REUNIÕES: Reunião do Comitê Técnico para Análises dos Pedidos de Cadastramento na Plataforma de Territórios Tradicionais.

Dia 17/03/2022, das 09:00 horas às 16:00 horas, (reunião virtual preparatória), do Comitê Técnico com explicação sobre os procedimentos a serem adotados na gestão da Plataforma, por meio do ambiente Microsoft Teams;

Dias 24 e 25 de março de 2022, das 08:00 às 18:00 horas, e das 09:00 às 16:30 horas reunião (presencial) do Comitê Técnico de dois dias no auditório da PGR/MPF, em Brasília – DF, objetivando treinamento para operar a Plataforma como usuário técnico, bem como um exercício prático de análises dos pedidos de cadastramentos existentes na Plataforma.

Atendendo solicitação da direção da ABA, como membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e membro da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, venho acompanhando os trabalhos de desenvolvimento e operação

da Plataforma de Territórios Tradicionais desde a última gestão da ABA. Fui consultado pela direção atual da ABA sobre a possibilidade de continuar colaborando como membro do Comitê Técnico do Projeto "Territórios Vivos", o que aceitei, e fui nomeado membro do Comitê Técnico Plataforma de Territórios Tradicionais representando a ABA em 03 de março de 2022.

As reuniões foram presididas pelo Procurador da República, Dr. Eduardo Henrique de Almeida Aguiar, Diretor Adjunto do Projeto, com a presença, também, do Procurador da República Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis, e uma equipe com técnicos e representantes da PGR/MPF, da GIZ e do CNPCT. Essas reuniões objetivaram a análise de pedidos de cadastramentos de 154 territórios na Plataforma, com membros do Comitê Técnico da Plataforma, representantes de dezesseis instituições e uma equipe de técnicos do MPF, GIZ e CNPCT.

Participantes: Membros do Comitê Técnico da Plataforma

1. ABA (Associação Brasileira de Antropologia)
2. CAA (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas)
3. CNPCT (Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)
4. CPDA/UFRRJ (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)
5. IBGE/Grupo de Trabalho de PCTs
6. IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)
7. IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)
8. ISA (Instituto Socioambiental)
9. ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza)
10. Lapig/UFG (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento)
11. MESPT/UnB (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a PCT)
12. MMA/Dex (Departamento de Extrativismo)
13. NESAM/UEA (Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia)
14. Núcleo Educa Memória/Furg (Universidade Federal do Rio Grande)
15. OTSS (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina)
16. PPGCSPA/UEMA (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia)

A reunião “Etapa 1” (online) realizada no dia 17/03/2022, foi aberta às 09:00 horas pelo Procurador da República Dr. Eduardo Aguiar, que apresentou a Plataforma Territórios Tradicionais instituída a partir da Portaria 167 de 22/03/2019, como um primeiro passo para efetivar os direitos dos povos tradicionais, sendo, conforme o procurador, a Plataforma fundamental nesta luta, seguido pela apresentação de cada um/a dos/as participantes do Comitê Técnico e a apresentação de um histórico da Plataforma pelo Procurador da República Dr. Wilson Rocha Fernandes Assis. O Conselho Gestor da Plataforma é constituído de sete membros, o Procurador Dr. Wilson e seis membros indicados pelo CNPCT. Dr. Wilson ressaltou que no Brasil não existe uma política oficial de reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais. A reunião foi dedicada a apresentar o processo de análise dos pedidos de cadastramento na Plataforma por integrantes da GIZ, do MPF e do CNPCT, entre 09:00 horas e 12:30 horas e das 14:00 horas às 16:00 horas.

No dia 24 de março, após testagem para COVID de todos os participantes a partir das 08:00 horas e credenciamento houve discussão sobre os cadastros na Plataforma, e o Roteiro para Análises dos Pedidos de Cadastramentos de Territórios Tradicionais. Depois os/as participantes das 16 instituições foram divididos em três grupos para agir como Comitê Técnico da Plataforma. A reunião se encerrou às 18:00 horas.

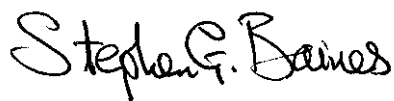
No dia 25/03/2022, continuamos o trabalho iniciado no dia anterior, a partir das 09:00 horas e discutimos alguns dos problemas e dificuldades em operar a Plataforma que pressupõe que os territórios sejam consolidados. Como traduzir processos dinâmicos de territorialização em dados passíveis de serem cadastrados em uma Plataforma virtual.

Problemas como a inclusão de retomadas de Terras Indígenas e pedidos de acréscimos a Terras Indígenas, que não aparecem nos cadastros, considerando que a Plataforma pressupõe que os territórios sejam consolidados ou finalizados, enquanto os territórios são processos dinâmicos e frequentemente em constante mudança em decorrência de deslocamentos de populações, as demarcações de Terras Indígenas (TIs) malfeitas no passado que deixaram comunidades indígenas fora das próprias TIs demarcadas, como o caso das comunidades indígenas Anzol e Lago da Praia no município de Boa Vista, Roraima, subtrações de territórios por pressões políticas e invasões, cujas devoluções são reivindicadas pelas comunidades e organizações indígenas.

A tarde do dia 25/03/2022 foi dedicada aos encaminhamentos de solução de problemas no intuito de aprimorar o processo de análise dos pedidos de cadastramento. Questões como a duplicação de cadastros. Muitos dos pedidos de cadastramento na Plataforma

foram encaminhados por estudantes do MESPT/UnB (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a PCT) da Universidade de Brasília (UnB), programa de pós-graduação que vem desempenhando um papel importante no Projeto da Plataforma. Questões foram levantadas como a necessidade dos povos e comunidades tradicionais participarem em todos os estágios da análise, sempre que for possível, para evitar que a Plataforma se transforme em uma nova forma de colonização mediada por técnicos. A reunião foi encerrada às 16:30, com expressões de desejos que a Plataforma se torne uma ferramenta para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), e foi enfatizada a necessidade de realizar outros encontros para manter o grupo de técnicos.

Brasília, 30 de março de 2022



Stephen Grant Baines

Representando a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no Comitê Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais